

Religião, direitos humanos e política: balanço das temáticas e pesquisas

Naara Luna¹

Marcelo Tavares Natividade²

Resumo: O artigo faz uma revisão do debate sobre religião e direitos humanos no campo das ciências sociais com base em grupos de trabalhos e seminários temáticos realizados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) entre 2016 e 2019. Identificam-se temáticas, objetos, campos e linhas de pesquisas, debates epistemológicos, lacunas e tendências, bem como as interseções da religião com ativismos e políticas de identidade, o direito e a governança pública, as relações de gênero e a sexualidade. Na cena pública se evidenciam as ditas “respostas” das instituições religiosas às lutas sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Religião. Política. Direitos. Conservadorismo. Sociedade.

Religion, human rights and politics: an assessment of themes and research

Abstract: *This article reviews the discussion on religion and human rights in the field of Social Sciences based on open panels and research groups held at meetings of Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) from 2016 to 2019. It identifies themes, objects, fields and research lines, epistemologic debates, gap and trends as well as the intersectionality between religion and*

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Seropédica – Brasil – naaraluna2015@gmail.com. Pesquisadora CNPq, bolsista de produtividade nível 2.

² Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza – Brasil – marcelonatividade@hotmail.com

activism and identity politics, law, public governance, gender relations and sexuality. The answers of religious institutions to contemporary social struggles become evident in the public scene.

Keywords: *Religion. Politics. Rights. Conservatism. Society.*

Introdução

O artigo faz uma revisão do debate sobre religião e direitos humanos no campo das ciências sociais com base em grupos de trabalhos e seminários temáticos apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) entre 2016 e 2019, pela iniciativa de formar o seminário temático “Religião, Política e Direitos na Contemporaneidade”, em 2016, que continuou como Grupo de Trabalho em 2017 e 2018, e também o seminário temático “Religião, Política, Direitos Humanos: Reconhecimento e Intolerâncias em Perspectiva”, no ano seguinte. Durante esse período, observou-se que a temática ganhou particular relevância em razão de fatos políticos recentes na cena pública, que evidenciaram as dimensões articuladas da política e dos direitos e as ditas “respostas” das instituições religiosas às lutas sociais contemporâneas.

Na última década, a emergência de controvérsias públicas que conectam direitos e política intensificou o interesse dos cientistas sociais em propor grupos de trabalho, seminários temáticos, fóruns de pesquisa e mesas-redondas, dentre outros espaços de troca nos encontros da Anpocs e de outras associações das áreas de ciência política, sociologia e antropologia. Também se intensificou a procura dos cientistas e pesquisadores por espaços de apresentação e discussão de seus trabalhos nessa intersecção, revelando e atualizando múltiplos objetos, campos, epistemologias, metodologias, correntes teóricas e debates políticos que apontam as dinâmicas relações entre religião e sociedade nas ciências sociais.

Chama a atenção que a iniciativa de formar o primeiro seminário temático em 2016 encerrou um período de silêncio sobre a temática, materializado em diversos anos sem grupos de trabalho sobre religião nos encontros da Anpocs, apesar do aumento das pesquisas tanto nos programas de pós-graduação como em laboratórios, núcleos e centros de pesquisa espalhados em diferentes regiões do país. O texto está organizado de modo a explicitar a apresentação das temáticas e ênfases em cada ano, focando as recorrências e o modo como essas intersecções se materializam no desenvolvimento de pesquisas que exploram cada vez mais essas controvérsias na cena pública.

Para esse intento, procedemos à leitura e resenha dos textos publicados nos anais da Anpocs dos anos citados, compreendendo a necessidade de colocar em foco a produção do conhecimento científico nessa área. Analisamos os trabalhos publicados no 40º Encontro Anual da Anpocs em 2016, o Seminário Temático

nº 29, “Religião, Política e Direitos na Contemporaneidade”, no 41º Encontro Anual da Anpocs, em 2017, no 42º Encontro Anual da Anpocs em 2018, e também no Seminário Temático nº 37, que passou a se chamar “Religião, Política, Direitos Humanos: Reconhecimento e Intolerâncias em Perspectiva”.

Um dos autores deste artigo, o professor Marcelo Natividade, esteve na coordenação dos quatro grupos de trabalho como um dos propositores. A professora Naara Luna, nos dois anos iniciais, foi proponente do simpósio “Religião, Política e Direitos Humanos”, articulado ao grupo de trabalho, cuja coordenação assumiu a partir de 2017. Cientistas sociais e pesquisadores de distintas regiões do país, núcleos de pesquisa e instituições de ensino superior se fizeram representar nesses espaços de troca de resultados de pesquisas e produção de conhecimento científico na área, materializados na proposição desses seminários temáticos e grupos de trabalho, que colocaram em evidência a construção de uma potente agenda de pesquisa que intersecciona religião, gênero, sexualidade e direitos, em sua multiplicidade de temas e debates epistemológicos.

Este artigo é estratégico no mapeamento dessa literatura e suas linhas de pesquisa, especialmente diante de fatos políticos no país e na cena global, concernentes ao avanço de conservadorismos políticos em diferentes nações e contextos, e da configuração de formas específicas de intolerâncias e fundamentalismos que impactam lutas sociais contemporâneas no campo dos direitos.

Os direitos sexuais e reprodutivos e o Legislativo

O ano inicial de 2016 foi o mais concorrido, com o maior número de inscritos e propostas para o grupo de trabalho sob nossa coordenação, no 40º Encontro Nacional da Anpocs. Nos textos publicados nos anais desse ano, os campos em que se realizaram as pesquisas se cruzam: o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal são arenas onde se debatem aborto e casamento igualitário, ou “casamento gay”. A religião se mostra no espaço público: tanto em saberes religiosos que regulam moralidades no tocante à “cura gay” no Brasil, como na identidade fragmentada de judeus e homossexuais em Israel. Ainda no espaço público, denominações religiosas formam organizações assistenciais. Relações entre gênero e religião são perceptíveis tanto em dados censitários sobre chefia familiar como na etnografia em uma igreja evangélica onde uma pastora midiática orienta casais acerca da experiência sexual e da moralidade. Sexualidade e religião são entrelaçadas no debate sobre educação sexual nas escolas, tema rejeitado pela Igreja Católica. A religiosidade popular ocupa o espaço público em procissões.

Considerando esse ano inicial, os trabalhos podem ser divididos nos eixos temáticos religião e sexualidade, abrangendo questões relacionadas às vulnerabilidades de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT),

à “cura” da homossexualidade, ao casamento gay e às identidades de judeus ortodoxos, mas também ao aconselhamento sobre a sexualidade do casal heterossexual e à educação sexual nas escolas. Com respeito ao eixo temático de gênero e reprodução, trabalhos contemplam o debate sobre aborto, chefia familiar e problematização do conceito de gênero. No eixo temático sobre religião e espaço público, três trabalhos sociológicos distintos abordam organizações religiosas assistenciais: um enfatiza o associativismo religioso, outro analisa uma procissão e um último discute em termos teóricos a relação entre religião e cidadania. A quase totalidade dos trabalhos é de estudos empíricos, mas há dois artigos teóricos: um abordando gênero e outro sobre a relação entre religião e democracia. A primeira observação que salta aos olhos é a grande proporção de trabalhos relacionados a sexualidade, gênero e reprodução. Apenas uma fração minoritária, cerca de um quarto, não toca nessas dimensões. É possível que isso esteja relacionado às redes dos organizadores do seminário temático e à ênfase de suas pesquisas.

O primeiro artigo dos anais no eixo da sexualidade é “‘Cura gay’: articulações entre ciência e política na produção de saberes religiosos”. O trabalho de Alexandre Oviedo Gonçalves (2016) analisa a controvérsia pública conhecida como cura gay, mapeando “narrativas e discursos públicos acerca do tratamento psicoterapêutico da homossexualidade pronunciadas por dois atores vinculados às organizações paraeclesiais Êxodus Brasil e Grupo de Amor, Aceitação e Perdão – GAAP” (2016: 2). O problema geral é a construção de saberes sobre homossexualidade por atores religiosos. Além da abordagem sobre o secularismo, o aspecto teórico-metodológico mais importante é a “produção de moralidades e sexualidades em um âmbito que extrapola o que se convencionou circunscrever em antropologia e sociologia como práticas e discursos propriamente religiosos” (Gonçalves, 2016: 4). O argumento desses agentes é oferecer tratamento psicoterapêutico a indivíduos que supostamente desejam deixar a homossexualidade de modo voluntário. Nos discursos analisados, acionam-se argumentos do construcionismo social, objetivando demonstrar que, se a homossexualidade não é inata, pode ser desfeita, de acordo com os objetivos dessas entidades, mediante terapias. As práticas discursivas desses agentes, ao configurar a produção de moralidades sexuais por esses atores que falam em nome de uma religião, está fortemente ancorada na ciência. O trabalho avança em um campo de estudos iniciado pioneiramente por Natividade (2008; 2003) e Natividade e Oliveira (2013; 2009), que chamam atenção para como uma dada “psicologia cristã”, propagada pelos movimentos “ex-gays”, submete os saberes psicológicos aos ditames da religião, através de discursos expressivos de um construtivismo moral que visa converter homossexuais.

O artigo de Felix e Osterne (2016), “Os legisladores da moral: da união civil ao casamento igualitário no Brasil”, apresenta dados de pesquisa documental

dos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados de 1995 a 2013, a respeito da regulamentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Também inclui as decisões no Supremo Tribunal Federal que equiparam a união de pessoas de mesmo sexo às uniões estáveis entre heterossexuais e a resolução do Conselho Nacional de Justiça que obriga os cartórios a celebrarem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. O estudo mostra a evolução dessas proposições, as mais e menos alinhadas ao movimento LGBT e as desfavoráveis a essa demanda, analisando inclusive a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, quando presidida, em 2013, pelo pastor Marcos Feliciano. O artigo defende que “o casamento igualitário extrapola os direitos civis garantidos aos homossexuais, tornando-se um ‘termômetro’ da convivência pacífica, e o respeito para com o diferente no interior de um Estado que se pretende democrático e laico”, citando Fassin (apud Felix; Osterne, 2016: 3). Nesse debate, o artigo lança a pergunta: formas de relacionamento precisam ser autorizadas pelo Estado? O estudo conclui que a normatização social da homossexualidade atualmente se apresenta como uma das questões morais mais relevantes nas sociedades do Ocidente.

Essa relação entre homossexualidade, religião, sociedade civil e política de Estado será debatida em “Abominações do Levítico II: judeus, ortodoxos e gays”. O trabalho de Marta Topel (2016) tem dois objetivos principais: 1) compreender as reivindicações dos judeus ortodoxos para ter legitimadas suas identidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) enquanto ortodoxos; e 2) analisar o fenômeno do chamado “pinkwashing” israelense. No caso dos judeus ortodoxos, as práticas homossexuais estariam enquadradas nas abominações da lei judaica, mas, a despeito disso, a pergunta é o que os liga aos grupos tradicionais. *Pinkwashing* é uma categoria de acusação que se refere a como o Estado de Israel usa sua posição liberal com respeito à homossexualidade em sua política externa para fazer contraste com as sociedades ditas homofóbicas dos países muçulmanos e árabes (especialmente o Irã e os territórios palestinos), afirmando Israel como o único país democrático do Oriente Médio. Segundo quem acusa, esse dito liberalismo é usado como meio de ocultar a violação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados. Defendendo que os dois processos estão relacionados, Topel analisa a situação israelense a partir da interseccionalidade, levando em conta as variáveis nacionalidade, cidadania e identidade sexual. A autora critica uma abordagem unilateral desses temas e propõe como solução a etnografia nos contextos específicos, para mostrar como essas experiências são vivenciadas.

O artigo “O direito ao corpo: liberdades e controles a partir dos ensinamentos da pastora Ana Paula Valadão”, de Nina Rosas (2016), é um estudo etnográfico realizado na Igreja Batista de Lagoinha, uma igreja renovada, com enfoque no conjunto de prescrições, guias e disciplinas sobre o corpo produzido dentro

das igrejas. As pregações dessa pastora abordam temas ausentes em igrejas evangélicas, tais como sexualidade, reprodução, aparência e etiqueta (femininas), além de masculinidade e homoafetividade. A pastora reconhece parcialmente conquistas do movimento feminista, mas considera que as lutas por liberdade e autonomia implicam a perda da proteção desejada por Deus. Assim, esse conjunto de regras assume a sujeição dos corpos, pois o prazer sexual é incentivado apenas dentro do casamento heterossexual, negando experiências sexuais extraconjugais, o que está associado à rejeição do aborto e da homossexualidade. Nesse sentido, as orientações estão de acordo com o éthos menos rigoroso em termos morais que as igrejas têm assumido nas últimas décadas, o que é verbalizado pela pastora em pregações, uma exposição rara e desviante (no sentido de Becker, 2008) no protestantismo.

“Religião e sexualidade: um entrave para a educação sexual nas escolas” é o último artigo nessa temática. Elisângela Carvalho (2016) aborda a inserção da educação sexual no currículo escolar, investigando o percurso histórico. Segundo a autora, desde a década de 1960, essa discussão é marcada por fluxos e refluxos. Carvalho destaca o papel de oposição da Igreja Católica, que desenvolveu diferentes estratégias para impedir que a educação sexual fosse inserida no sistema escolar. A partir da década de 1980, a “orientação sexual” foi incluída nos parâmetros curriculares nacionais (PCN) como tema transversal. Isso impediu que a educação sexual fosse incluída como disciplina formal. A ênfase na abordagem do tema tem sido claramente biológica. Em perspectiva foucaultiana, a autora propõe que a escola, através de práticas pedagógicas diversas, suscitaria um aumento do controle dos sujeitos, não apenas por meio de proibições e punições, mas também de mecanismos, metodologias e práticas que visam produzir sujeitos autodisciplinados com respeito à maneira de viver a sexualidade.

Questões relacionadas a gênero e reprodução compõem o segundo eixo temático, como no artigo “Possíveis influências das religiões nas relações de gênero no âmbito das famílias”, de Maria Goreth Santos e Cristiane Soares (2016), pesquisadoras do IBGE. Primeiramente, o texto observa a condição subordinada das mulheres nas religiões de modo geral. Em seguida se apresenta um estudo com dados dos censos de 2000 e 2010, que relacionam o sexo e o pertencimento religioso: “Distribuição percentual da população por sexo segundo a religião”, observando que as mulheres são maioria em todas as categorias, exceto a de sem religião. A pesquisa aborda uma sequência de variáveis confrontando religião com a chefia familiar por sexo, e conclui que a chefia masculina predomina em todas as religiões, principalmente no catolicismo, sendo a maior proporção de chefia de mulheres encontrada na categoria umbanda e candomblé. Em seguida, o dado da chefia familiar é associado primeiramente ao nível de instrução, depois à ocupação (ocupados e não ocupados) e, por fim, a se encontrar ou não no mercado de trabalho (população economicamente ativa). O indicador seguinte é o

rendimento médio segundo a religião, seguido pelo rendimento médio da chefe da família. A pesquisa seguiu uma abordagem de análise de indicadores sociais com perspectiva de gênero, mostrando que o empoderamento das mulheres na vida social ao longo da década não foi acompanhado da inserção de mulheres nos níveis superiores da hierarquia. O estudo também indica que o avanço das mulheres na vida social foi mais acentuado para mulheres pertencentes às religiões menos conservadoras ou com menor institucionalização.

Também abordando gênero e religião, o artigo “Religião, gênero e habilidades sociais: uma contribuição teórica à análise sobre a condição feminina no protestantismo brasileiro”, de Robson da Costa Souza (2016), é um dos raros artigos de cunho teórico apresentados. O autor aborda um aspecto que tem sido pouco considerado nos estudos sobre a religião pública e as relações sociais de gênero: “a construção de um quadro teórico favorável à análise das mediações discursivas que se estabelecem entre a(s) agência(s) religiosa(s) e os contextos sociais mais amplos que lhe servem de suporte” (Souza, 2016: 25). Em termos gramscianos, o texto considera que estaria em jogo a legitimidade de uma categoria analítica: o gênero. Assim, o artigo revela as possibilidades analíticas relacionadas ao pós-estruturalismo feminista (das diferenças de gênero em Joan Scott à teoria *queer* de Judith Butler), a aportes teóricos pós-coloniais (principalmente Varikas, com a genealogia do pária, dando voz às categorias excluídas) e à teoria do discurso em chave marxista (Althusser, com o conceito de interpelação ideológica) e pós-marxista (Fraser: relação entre teorias do discurso e identidade de gênero; Laclau e Mouffe: conceitos de sutura e diferença).

Dois artigos abordam o tema do aborto, objeto presente em quase todos os anos no período levantado, especificamente no contexto do debate parlamentar. O artigo “O direito à vida como ponto de partida para a análise do debate parlamentar sobre aborto no Brasil e Uruguai”, de Rayani Mariano dos Santos e Luís Gustavo Teixeira da Silva (2016), faz uma análise comparativa entre o Brasil e o Uruguai no tocante ao debate parlamentar. O texto aborda os discursos na Câmara de Representantes do Uruguai entre 1985 e 2014 e na Câmara de Deputados no Brasil entre 1991 e 2014. Discute-se primeiramente a relação entre religião e política no Brasil e no Uruguai, identificando como o argumento de defesa da vida esteve presente nesses debates. Enquanto no Uruguai se desenvolveu um modelo de laicidade de Estado anticlerical e de fé cívica, no Brasil, há um cenário de proximidade entre religião e o Estado, sem estabelecer limite claro entre a “legitimidade da expressão das escolhas religiosas ou morais privadas e sua inadmissibilidade no tocante ao debate de questões públicas” (Santos; Silva, 2016: 8). No Brasil, destaca-se no debate a influência da Igreja Católica, a ocupação de espaços públicos pela Igreja Universal do Reino de Deus, a constituição da Frente Parlamentar Evangélica (em 2003) e de frentes católicas, além de frentes em defesa da vida e da família. O artigo mostra como o argumento de

inviolabilidade do direito à vida foi construído de diferentes formas e em articulação com diferentes justificativas: religiosa, moral, jurídica e científica.

Em “O direito à vida e o aborto no Congresso Nacional: os argumentos religiosos e os riscos de retrocesso dos direitos reprodutivos das mulheres”, Rulian Emmerick (2016) analisa a ascensão do conservadorismo jurídico na 52ª e 53ª legislaturas (2003-2006 e 2007-2010), examinando as proposições legislativas. Sua análise parte do discurso dos direitos humanos, problematizando o sentido e o conteúdo dos referidos direitos humanos, especialmente de como esse discurso é apropriado pelos religiosos em sua interpretação do direito à vida como absoluto. Verifica-se que as proposições que pretendem criminalizar ainda mais o aborto predominam sobre as que são favoráveis aos direitos das mulheres, fato associado à presença de uma maioria de parlamentares conservadores. A força do vínculo religioso se explicita quando se constata que parte significativa das posições pela criminalização do aborto foi apresentada por parlamentares de partidos progressistas e de esquerda. Na defesa do direito à vida desde a concepção, atores religiosos “têm adaptado seus argumentos à discursividade – científica, biológica, médica e jurídica – contemporânea” (Emmerick, 2016: 24). Outra conclusão é que os fetos são considerados por esse grupo sujeitos de direitos, enquanto “a mulher gestante não é considerada como um sujeito de direito com capacidade ética para decidir sobre os aspectos mais íntimos e mais importantes da sua vida, tais como o seu corpo, a sua sexualidade e reprodução” (Emmerick, 2016: 25).

No ano de 2016, houve um terceiro eixo temático cujo enfoque de religião, política e direitos humanos versava sobre religião no espaço público. Com respeito a organizações de caráter religioso, o artigo “O quadro associativo religioso na cidade de Florianópolis – SC: análise do comportamento das denominações religiosas ao longo de uma década”, de André Selayaran Nicoletti e Luana do Rocio Taborda (2016: 1), busca “compreender como o mapa religioso de fiéis impacta na formação de estruturas organizativas”. O artigo demonstra “as relações entre o número de adeptos às diferentes denominações religiosas e a fundação de associações com essa conotação, além da relação entre as associações religiosas com os conselhos gestores e legislativo municipal, objetivando entender a atuação das associações religiosas no espaço público” (Nicoletti; Taborda, 2016). O enfoque do artigo é compreender essas associações dentro da engenharia da participação política. Os autores trazem o resultado de uma pesquisa qualitativa com entrevistas a integrantes de uma associação espírita, uma evangélica, uma católica e uma da umbanda. Uma dimensão dessas associações é a ênfase no voluntariado. Outro aspecto é o estabelecimento de parceria com o Estado, especialmente com as secretarias municipais, no contexto de falta de recursos. O artigo constata a presença de associações religiosas nos conselhos voltados para a solidariedade e o cuidado com minorias: conselhos de assistência social,

criança e adolescente, idoso, mulher, igualdade racial e saúde, conforme temáticas mais próximas dos interesses de atuação religiosa.

No artigo “Controvérsias jurídico-políticas em organizações cristãs no Brasil”, André Ricardo de Souza (2016) enfoca as práticas econômicas e assistenciais das maiores vertentes cristãs do Brasil. Trata-se de uma pesquisa de caráter documental que compreende o processo de crescimento das atividades econômicas e dos recursos financeiros movimentados por grupos religiosos, considerando investimentos ocorridos em várias áreas, com destaque para as redes de rádio e de televisão. O autor enfoca a tradicional presença religiosa de instituições católicas, evangélicas e kardecistas no campo da assistência. Essa inserção ocorre em hospitais, escolas, abrigos de idosos e crianças, centros comunitários e redes de voluntários. A investigação tem foco na isenção fiscal concedida pelo Estado e o respaldo governamental a grupos religiosos para suas práticas assistenciais e econômicas. O texto aborda também controvérsias relativas à movimentação financeira das igrejas e descreve o engajamento dessas associações assistenciais e as mudanças na regulamentação em governos mais recentes, com a lei de filantropia. Destaca-se o envolvimento com a política partidária por parte de organizações assistenciais de origem neopentecostal, o que contrasta com os usos das organizações de origem católica, kardecista, protestantes históricos e pentecostais tradicionais. Organizações religiosas são isentas de prestar contas de suas atividades ao governo e à sociedade civil, liberdade que lhes é assegurada pela Constituição. Práticas econômicas lucrativas seriam o pano de fundo de polêmicas que surgem no debate político sobre a liberdade religiosa e organizacional, porque a isenção legal parece se traduzir em vantagem econômica.

O artigo “Entre a normatividade e a tradição: narrativas e imagens de resistência e reinvenção na procissão de ‘São José de Baixo’”, de Antônio George Lopes Paulino (2016), é um estudo histórico e etnográfico sobre a memória da capelinha de Bonsucesso, ao contrastar duas procissões dedicadas a São José no bairro Bonsucesso, em Fortaleza. A procissão mais antiga, ligada à religiosidade popular, sai da capelinha tradicional de Bonsucesso, enquanto a mais recente sai do templo erguido na década de 1980, dedicado a São José Operário. O autor descreve a disputa entre as duas procissões ocorridas no dia 19 de agosto: a procissão dos antigos, ou de São José de Baixo, e a procissão de São José Operário, que segue a liturgia da Igreja Católica. A procissão dos antigos persistiu mesmo após a demolição da capelinha, saindo de outra capela no mesmo bairro. As descrições do lugar do festejo assinalam “transformações históricas e socioespaciais que, nos relatos de vivências e em narrativas míticas desenham um bairro em relação com bairros vizinhos e informam sobre campos de poder e acerca da percepção do espaço modificado, observado a partir do cenário da capelinha” (Paulino, 2016: 1). O líder da procissão dos antigos resiste a uma solicitação do padre e continua a realizar o festejo, justificando-se por ser uma tradição começada há

muitos anos, em um período de seca, quando se fez uma procissão a São José pedindo chuva. A procissão esbarra no campo da política, pois a realização da festa pelos antigos protagonistas tem uma dimensão assistencial e clientelista: há entre os participantes mediadores de políticos que mantêm o bairro em sua cartografia eleitoral. Na descrição etnográfica da festa, o autor salienta seu caráter transgressor, instaurador, hedonista e agonístico. A religiosidade popular contrasta com a estrutura manifesta na procissão promovida pela igreja oficial.

O artigo “Sobre a relação entre religião e democracia em três perspectivas: uma revisão das considerações de Charles Taylor, Jürgen Habermas e Talal Asad”, de autoria de Eduardo Gusmão, Roberta Bivar Campos e Cleonardo Maurício Júnior (2016), é um dos raros exemplos de artigos de discussão teórica apresentados. Os autores ressaltam que o “campo das reflexões, no âmbito das ciências sociais, é enriquecido pela observação dos conflitos e das configurações nas quais atores religiosos e seculares participam” (Gusmão; Campos; Maurício Júnior, 2016: 13). As análises desenvolvidas por Charles Taylor, Jürgen Habermas e Talal Asad propõem reavaliações da modernidade. Taylor aborda sentidos e o alcance da modernidade secular em sociedades ocidentais. Ele discorda de Habermas e de Rawls no tocante à análise da religião na sociedade moderna: o desacordo se daria em relação a certa singularidade atribuída à religião pelo liberalismo político, principalmente quando este insere a doutrina secular na narrativa “mítica” do Iluminismo, apresentando-a como mudança absoluta ou passagem de uma situação orientada pela revelação divina para outra racional em sua natureza. Para Charles Taylor, essa distinção entre razão e religião em termos da credibilidade racional de discursos laicos e religiosos não se sustentaria. Segundo Habermas, a época atual vincularia as religiões à urgente necessidade de transmitirem suas ideias e convicções no mundo da vida, logo em situações que se desenrolam na esfera das interações discursivas. “Habermas compartilha preocupações em torno das seguintes questões: como aqueles que confessam uma doutrina que se baseia na autoridade religiosa da Igreja ou da Bíblia, poderiam também estar de acordo e ratificar ideias políticas razoáveis, capazes de oferecer sustentação a regimes democráticos?” (Gusmão; Campos; Maurício Júnior, 2016: 16). Outra abordagem é a crítica genealógica de Asad, dirigida ao universalismo das categorias formadoras do secularismo moderno. Asad explora as implicações políticas e ideológicas dos usos da razão secular, salientando que a antropologia precisaria rever sua dependência epistemológica de esforços que buscam definir a religião. “Para Asad, considerar a religião como uma categoria e defini-la de um modo ou de outro constituem movimentações eminentemente políticas, logo, de fundamental importância seria o entendimento das situações nas quais, nos espaços públicos de sociedades democráticas, o secular e o religioso entram em confronto” (Gusmão; Campos; Maurício Júnior, 2016: 16).

Notemos a ausência, na submissão e na publicação dos anais desse encontro da Anpocs, da temática da diversidade religiosa, incluindo os estudos sobre as religiões afro-brasileiras e o dito “espiritismo”, tema que será contemplado no ano seguinte.

Políticas identitárias, gênero e diversidade religiosa

Em 2017, os trabalhos voltam-se para as discussões específicas sobre políticas afirmativas, especialmente o campo das políticas culturais e do combate ao racismo. Se no ano anterior observamos lacuna no tocante à abordagem das afro-religiosidades, análises desse tipo aparecem contempladas nessa reunião da Anpocs. Alguns artigos trazem ao centro do debate uma problematização das categorias políticas e analíticas que interseccionam os temas da igualdade étnico-racial e das ditas violências ou intolerâncias religiosas. Os textos contemplam discussões políticas, acadêmicas e epistemológicas sobre as múltiplas faces dos fenômenos sociais e culturais implicados no amplo debate dos direitos humanos. Como no ano anterior, alguns artigos dão continuidade à análise da pressão das instituições religiosas – e suas pautas morais – na atuação de parlamentares, em missões conservadoras em pleno Parlamento. Os textos diagnosticam o avanço de propostas como “Escola sem Partido” e “Não à Ideologia de Gênero”, que se conformam em propostas antidemocráticas que censuram a abordagem desses temas na política pública, causando grave prejuízo às populações socialmente mais vulneráveis, conforme se discute. Nessa forma de agir religiosa, conservadora, o combate à homofobia e à violência de gênero, impactados pela atuação das bancadas religiosas no Legislativo brasileiro, são objeto de disputas e anseios de interdição por agentes ligados a várias organizações religiosas, especialmente as de viés cristão. A obstrução dos direitos civis das pessoas LGBT no acesso ao casamento igualitário, na adoção por casais homoafetivos, na transexualidade e em outras demandas são objeto da análise de vários artigos publicados nos anais desse ano e dos demais. Do mesmo modo, as lutas feministas pelo acesso ao aborto e pelos direitos reprodutivos são o cerne de algumas pesquisas cujos resultados transparecem nos textos. Alguns trabalhos publicados nos anais desse encontro apresentam distinta linha reflexiva, contemplando os entrelaçamentos entre política e religião sob a perspectiva alternativa aos conservadorismos em discursos e formas de atuação progressistas. Outros artigos contemplam aspectos da devoção popular, incluindo as lutas contemporâneas dos movimentos por terra e moradia, em experiências complexas do catolicismo tradicional. Também estão presentes nas análises as intersecções da religião com múltiplos marcadores sociais da diferença como juventude, raça, territorialidades, gênero, sexualidade, violência, política e mídias. De modo geral, a produção desse ano evidencia os embates acerca dos nexos entre religião e as modernas construções

do secularismo brasileiro, em modos de apresentação e atuação das redes e instituições religiosas que visam ampliar seus modos de influência na sociedade, na cultura e na política.

Há uma diversidade de subtemas no eixo religião no espaço público. Já o eixo sobre religião e relações de gênero e sexualidade esteve menos representado em 2017, diferente do que ocorreu em 2018. No eixo religião e espaço público, parte significativa dos trabalhos faz referência às religiões afro-brasileiras e ao problema da intolerância religiosa.

Em “Apontamentos sobre racismo religioso contra religiões de matrizes africanas”, Emília Mota (2017) abre mão do par tolerância-intolerância para tratar das múltiplas violências que afetam cotidianamente adeptos de religiões afro-brasileiras. A autora dialoga com Michel Foucault para explicitar o que chama de “dispositivos racializados” de preconceito e discriminação religiosa, inovando ao introduzir nessa cena o termo “racismo religioso” para tratar das dimensões sociológicas implicadas em episódios de violência contra o povo do santo. O texto parte do diálogo com comunidades tradicionais em rodas de conversa em um projeto de extensão na Universidade Federal de Goiás e de notícias na mídia sobre ataques a terreiros de matriz africana em Goiânia e nos entornos do Distrito Federal. Evidenciam-se mecanismos históricos de diferenciação racial e de recusa das heranças da cultura e dos princípios civilizacionais africanos, com destaque para as relações étnico-raciais colonizadoras, nas quais todos os símbolos e filosofias não ocidentais são demonizados, tratados como inferiores e passíveis de ser destruídos. Trata-se menos de intolerância religiosa do que de sinais de racismos estruturais na sociedade brasileira, segundo os quais tais conflitos étnico-raciais implicam a construção do outro como inimigo. Mota é contundente na caracterização das múltiplas formas de violências e intolerâncias religiosas como tipos de racismo e de evidência da histórica situação de desvantagem e humilhação sofridas pelas populações negras.

O artigo “Entre fé, empoderamento, estigma e garantias: uma reflexão acerca das relações estabelecidas entre terreiros do Recife, poder público e sociedade abrangente”, de Lígia Barros Gama (2017), se endereça a temática afim, mas abordando como políticas culturais e o estreitamento das relações entre poder público e cultos religiosos são possibilitados pela apropriação estratégica da ideia de cultura. A autora demonstra como se recriam nexos entre políticas identitárias, raça e religião, com a participação do povo de santo em editais do Estado para acesso a espaços de cultura e arte, configurando novas relações entre políticas de igualdade racial, liberdade religiosa e saberes afro-religiosos. O texto explora uma dimensão epistemológica ao apresentar reflexão pessoal de uma ativista, pesquisadora e filha de santo, experiência que se revela em outras das apresentações no seminário temático deste ano. A experiência como adepta e como artista e cantora de afoxé se entrelaça à de investigadora, em um instituto

de patrimônio histórico e artístico. Essas múltiplas pertencas se imiscuem e evidenciam como a religião se converte em cultura, cultura afro e patrimônio cultural por meio de políticas que possibilitam aos atores desse campo religioso atingir outro patamar na afirmação de identidades, resistência e luta contra estigmas étnico-raciais. O ponto de partida do trabalho são os debates públicos sobre a criminalização das práticas e sacrifícios rituais das crenças de origem africana, nos campos do Judiciário e Legislativo, em códigos estaduais de proteção dos animais e em leis que pretendem coibir sacrifícios rituais. Dessa contenda participam múltiplos atores, incluindo ONGs, parlamentares, ativistas e o povo de santo. O preconceito religioso é contraditado pelas estratégias de luta dos movimentos religiosos, incluindo experiências no campo da arte, da cultura e dos saberes tradicionais, pela participação em editais públicos. Contudo, Gama diagnostica os entraves para a ocupação desses lugares, em razão dos descompassos entre uma dada cultura da oralidade e as dificuldades para produzir documentos visando a regularização dos terreiros como entidades da sociedade civil. Os paradoxos dessa luta são tratados na densa descrição do modo como se acirram as pressões para a saída de lugares subalternos e invisíveis pelo povo de santo e seus anseios de aparição pública.

Mariana Ramos de Moraes (2017) também adentra o universo das políticas afirmativas e relações raciais, implicadas em discussões sobre as religiões afro-brasileiras no texto “A estratégia discursiva do movimento afro-religioso no âmbito da política racial no Brasil”. A autora historiciza o deslocamento de uma política de liberdade religiosa para a reivindicação de reconhecimento no campo das políticas culturais e da cultura, seguindo a trilha dos estudos que enlaçam políticas de promoção de igualdade racial, cultura, patrimônio e diversidade religiosa. Desde os anos 1970, por meio da atuação política de importantes sacerdotisas que atuam nessa interface, articulam-se agendas dos movimentos afro-religiosos e coletivos negros, na elaboração e na implementação de políticas de igualdade racial, contemplando duas linhas de ação: combate à intolerância religiosa e luta pela igualdade racial. Essa conexão é exemplificada pela pluralização de eventos como a Conferência Mundial sobre a Tradição e a Cultura dos Orixás e outras datas alusivas. O artigo destaca importantes documentos normativos do Estado em governos do Partido dos Trabalhadores, que posicionam a política de igualdade racial como parte de uma política de direitos humanos, no combate à intolerância religiosa e contra o racismo. O artigo acaba por fornecer pistas sobre as conexões entre diferentes campos da governança pública: educação, segurança e direitos humanos, dentre outros.

A relação com as religiões de matriz africana revela-se na forma de intolerância religiosa em espaços laicos, como a escola. O texto “Pentecostalismo e sociabilidade no espaço escolar público: enfrentamentos e arranjos possíveis”, de Luciana Ferreira da Silva (2017), volta-se à etnografia das sociabilidades

no sistema educacional e aos modos como valores e significados das práticas religiosas pentecostais permeiam as relações cotidianas, em desacordo com os princípios da laicidade brasileira. Por meio de trabalho de campo e inserção em escolas públicas do município de Juiz de Fora e do estado de Minas Gerais, a autora lança luz sobre a percepção de múltiplos atores, como alunas e alunos, coordenadores, diretores e funcionários de serviços gerais, como merendeiras, cozinheiros e faxineiros. Recorrendo a redes de associações comunitárias e igrejas locais, Silva também participa de atividades das comunidades, possibilitando a realização de entrevistas e mapeamento da presença de igrejas e templos nas localidades, em debates e ações sociais no combate ao racismo, intolerância religiosa e outras desigualdades sociais. Os relatos obtidos sugerem a presença de posturas de intolerância entre alunos e alunas com relação às religiões de matriz africana e ao povo dos terreiros, amparadas em percepções da diferença oriundas do pentecostalismo. O conflito emerge em datas alusivas ao combate ao racismo e à liberdade religiosa, por meio da recusa de representações positivas da macumba, do folclore popular, da capoeira, das festas populares e das artes afro-religiosas, impactando ações em defesa da igualdade racial e da diversidade religiosa.

Outro subtema no eixo religião no espaço público diz respeito à inserção dos evangélicos como atores em coletivos progressistas, na luta por justiça e cidadania, e em organizações de amparo social.

Em “Grupos protestantes e engajamento cultural: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas”, Gustavo Alencar (2017) inova ao apresentar parte de sua pesquisa de doutorado em andamento, trabalho na contracorrente dos estudos do campo. Enquanto muitos se voltam para a análise dos conservadorismos e da obstrução dos direitos sexuais e reprodutivos, diagnosticando o avassalador avanço de pautas morais fundamentalistas, Alencar aborda o olhar dos evangélicos progressistas, viabilizando o conhecimento científico de discursos alternativos. A reflexão se direciona às perspectivas religiosas atuantes em alinhamento aos direitos humanos, em reivindicações por justiça social, cidadania e participação social. De modo pioneiro, o autor identifica atores, associações, coletivos e redes atuantes, como a Rede FALE, a Frente de Evangélicos pelo Estado Democrático de Direito, a Missão na Íntegra, a Rede Evangélica Nacional de Ação Social, a Fraternidade Teológica Latino-Americana e o Grupo Esperançar, explorando seus discursos, em trabalho de campo realizado entre 2015 e 2017. Alencar lança luz sobre essa vertente do protestantismo, ainda pouco debatida pela literatura especializada, contribuindo para uma maior compreensão das dinâmicas do campo religioso brasileiro, em novas relações entre política e religião. Seu trabalho desconstrói modelos de análise que compreendem o universo de pesquisa como totalidade, situando-se na epistemologia da heterogeneidade e das disputas, destacando as formas como esses grupos e

sujeitos pretendem promover mudanças e transformações nos termos de um ativismo político e cultural e de uma autoidentidade de evangélico não conservador. O autor identifica a emergência de lideranças dissidentes, como o pastor Henrique Vieira e seus discursos que misturam teologia e crítica da sociedade, das instituições e das desigualdades, reivindicando a participação da igreja em lutas contemporâneas, contra a miséria, as violências, o machismo, o racismo e LGBTfobia. Isso é feito por meio de discussão sobre a relação entre religião, secularismos e uma certa cultura pública, engajamentos para a influência nos valores, na política e na cultura em uma dada sociedade.

Vanessa Ribeiro (2007) aprofunda a abordagem do conhecimento antropológico que liga territórios e pertença religiosa, escrevendo sobre redes de assistência e amparo evangélicas em contexto de periferia, no norte fluminense. Seu artigo, “Redes de amparo e os evangélicos pentecostais em favela: uma abordagem a partir da Assembleia de Deus no norte fluminense”, traz resultados de uma pesquisa sobre quadros religiosos da Assembleia de Deus, partindo da discussão sobre o avanço das igrejas evangélicas pentecostais nas camadas sociais mais pobres da população brasileira. O texto tem como foco a atuação das lideranças pastorais, por meio da coleta de entrevistas semiestruturadas, etnografia e conversas informais em congregações da Assembleia de Deus na favela Matadouro, em Campos dos Goytacazes (RJ). Os dados sinalizam para a compreensão sociológica de formas de ajuda e solidariedade que organizam as relações nessas redes de amparo, preconizando certo assistencialismo religioso para situações emergenciais dos fiéis, que agregam circulação de informações diversas, doações de alimentos e remédios, auxílio para pagamentos e acesso a benefícios sociais, parcerias para ingresso em casas de recuperação da drogadição e outros supostos vícios. Todas essas formas de ajuda e assistência são permeadas pelo controle institucional, em apelos para a conversão religiosa. A autora conclui que as dinâmicas envolvidas não preconizam a emancipação dos beneficiários, mas a submissão aos interesses institucionais dos dirigentes.

O ativismo social também aparece na vertente do catolicismo ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). José Melo Ferreira (2017) é autor do texto “Etnografia do sagrado: um estudo sobre as CEBs e a teologia da libertação, no assentamento agrário Boi Branco em Iati/PE”. O trabalho aborda a luta pela terra em uma comunidade local, incluindo as relações com crenças, pertencas religiosas e significados cosmológicos que permeiam a vida de uma comunidade do interior. O foco nas memórias e o resgate de trajetórias de indivíduos que constituíram o assentamento colocam em destaque significados e sentidos da luta construídos na relação entre princípios, cosmologia religiosa e valores da vida civil. O apreço a categorias como liberdade, igualdade e dignidade se combinam às narrativas sobre a ajuda dos santos para, nessa vida terrena, erradicar as desigualdades sociais e construir um mundo com mais justiça social.

A Constituição Federal, os sindicatos, as CEBs, as associações e outros coletivos locais fornecem os mapas para a ação e a luta em experiências de devoção no catolicismo popular tradicional.

O eixo temático religião, gênero, reprodução e sexualidade está representado em trabalhos sobre a chamada “ideologia de gênero”, os debates envolvendo o projeto de lei do “Estatuto da Família” e o enfoque do aborto na cosmologia espírita kardecista.

Na comunicação intitulada “‘Ideologia de gênero’ e a juventude assembleiana: perspectivas sociológicas”, Bruna Araújo (2017) aborda as relações entre juventude e percepções políticas da dita “ideologia de gênero” entre jovens assembleianos. A autora apresenta dados de pesquisa de mestrado em andamento no município de Seropédica, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, marcada por forte adesão religiosa em dados dos últimos censos brasileiros. O mote de sua investigação são controvérsias públicas ligadas à atuação parlamentar conservadora para interferência no campo da educação brasileira, em resposta aos marcos normativos de direitos humanos dos anos 2000, como o Plano Nacional de Educação e outros. Araújo toma como objeto de interesse investigativo os impactos dessa discussão no interior das comunidades evangélicas de origem pentecostal da região. O objetivo é entender se e como moralidades juvenis de crenças assembleianas são marcadas ou não pelos valores religiosos comunitários. Dialogando com bibliografia que intersecciona juventude e religião nas ciências sociais, a autora deixa a pergunta/hipótese que pretende testar: quando o assunto é gênero e sexualidade na escola, discursos juvenis locais privilegiam um ethos privado moderno, individualizante e secular, ou expressam a adesão a valores conservadores e de negação de direitos?

Bianca Alves Silveira (2017) colabora com o debate ao também enveredar pela pesquisa dos direitos sexuais e a relação com a atuação conservadora parlamentar, investigando discursos sobre o Projeto de Lei (PL) 6.583/2013, conhecido popularmente como “Estatuto da Família”. O artigo trata das disputas do conceito de família e do modo como se configuram formas de atuação que impactam as lutas dos movimentos LGBT por reconhecimento de seu direito ao casamento igualitário e à formação das novas famílias. Silveira descreve o confronto entre moralidades amparadas em visões de mundo biologizantes – que excluem as relações homoafetivas (Deus fez o macho e a fêmea), cujos porta-vozes são bancadas e grupos religiosos conservadores – e visões de mundo mais pluralistas, com uma percepção de modelos familiares mais abertos à diversidade sexual. Os dados etnográficos discutidos no artigo compreendem o exame de enquête, feita pela Câmara dos Deputados, sobre o conceito de família, sua repercussão nas redes sociais e a coleta de entrevistas em comissões durante a tramitação. A autora avalia como o crescimento de bancadas religiosas e de suas

pautas morais tem impactado cada vez mais a tramitação de propostas que preconizam os direitos das mulheres e LGBT.

Allan Wine Barbosa (2017) apresenta reflexão sobre concepções do espiritismo kardecista acerca dos direitos reprodutivos, com foco no aborto e na autonomia feminina, no texto “Abstende-vos de semelhante ação’: direito, carma e livre-arbítrio nas considerações espíritas sobre o aborto”. Barbosa explora nexos entre moralidades e cosmologias religiosas e o aborto como um direito que deveria ser garantido pelo Estado. As relações entre elaborações discursivas locais e aspectos legais e de saúde pública são discutidas articulando religião, política e direito. O artigo aponta a mobilização de concepções cosmológicas espíritas na justificação ou recusa da interrupção forçada da gravidez. O trabalho ilustra bem os descompassos entre uma visão secular de mundo, marcada pelas lutas feministas, e as construções religiosas espíritas acerca das noções de pessoa, evolução, encarnação e indivíduo. A pesquisa documental, dedicada ao exame de volumosos textos sobre o tema na internet e em páginas institucionais, revela posicionamentos espíritas materializados em mensagens psicografadas ou no pensamento de médiuns especialistas na temática. O aborto é tematizado por meio de uma pluralidade de situações sobre as quais os espíritos opinam: o aborto legal, em caso de violência sexual e estupro; miséria; interrupções involuntárias; anencefalia; interferência de espíritos inferiores etc. A teoria da pessoa e o alerta das consequências morais e espirituais colidem com o aborto como uma decisão reprodutiva, implicada na autonomia e liberdade preconizadas pelo feminismo. É interessante notar a abordagem doutrinária contrastiva ao catolicismo. Não se trata de defesa da vida centrada no feto, mas da economia moral das relações entre diferentes espíritos (encarnados e desencarnados) e das obrigações, deveres e responsabilidades contraídos em inúmeras existências, entrelaçando biológico, espiritual e indivíduos, em uma espécie de medicina espiritual que conecta moralidades, genética e bioética.

Chama atenção na produção de 2017 a abordagem mais incisiva da diversidade religiosa e dos problemas ligados ao enfrentamento das intolerâncias religiosas, nas suas intersecções com a diferença racial e as políticas de igualdade racial.

Religião e espaço público: relações, problemas e soluções

Em 2018, nos anais da Anpocs, o grupo de trabalho “Religião, Política e Direitos na Contemporaneidade” registra sete artigos completos. Os estudos de 2018 apresentam variedade de formas de pesquisa e de objetos. Parte significativa dos artigos diz respeito a etnografias realizadas de formas distintas: com enfoque no confronto de um novo movimento religioso e da religião nativa, em uma comunidade terapêutica religiosa, na rede social de terreiros de candomblé.

Nesse ano, a pesquisa documental foi o método mais empregado. Mais uma vez o Congresso Nacional é foco de pesquisa documental, modalidade presente também na pesquisa sócio-histórica sobre duas assembleias constituintes no Brasil e sobre organizações ecumênicas. Documentos são o meio de acesso à Convenção Batista Brasileira, em estudo sobre o protestantismo histórico, objeto raramente abordado nesse grupo de trabalho e em outros espaços de conhecimento desse tipo na Anpocs.

Registra-se a distribuição dos trabalhos em 2018 novamente nos eixos temáticos “religião no espaço público”, mais numeroso dessa vez, e “religião e direitos sexuais e reprodutivos”, reduzido nesse ano. Na temática religião e espaço público, contamos dois artigos que se aproximam do tema da intolerância religiosa: um estudo sobre organizações ecumênicas, e outro sobre a relação das comunidades de terreiros de candomblé com a polícia. A inserção de atores religiosos no espaço público aparece também em estudos sobre constituintes brasileiras, comunidades terapêuticas e novos movimentos religiosos. Em 2018, o eixo referente a direitos sexuais e reprodutivos foi menos representado: um estudo sobre o tema candente da ideologia de gênero no meio evangélico e outro acerca do debate sobre aborto no Congresso Nacional. Começamos pelo eixo da religião com respeito à sexualidade e direitos reprodutivos: um trabalho aborda ideologia de gênero, e outro, aborto.

Caio Marçal, em “Meninos vestem azul, meninas vestem rosa: a militância batista contra a ‘ideologia de gênero’”, com base em relevante pesquisa documental, aborda o engajamento no debate acerca da “ideologia de gênero”, no âmbito da Convenção Batista Brasileira (CBB). O texto remonta às origens do fundamentalismo nos Estados Unidos no início do século XX, que apontou como inimigos os setores liberais de seminários e clérigos, além de inimigos externos, como as ciências. Mais recentemente, o fundamentalismo protesta contra o crescente igualitarismo dos sexos na “guerra cultural” contra a “ideologia de gênero”. Tal movimento rejeita políticas que contemplem a diversidade de arranjos familiares, a igualdade de gênero, os estudos de gênero, a educação sexual e as políticas voltadas para a sexualidade. Esses religiosos acreditam em uma interpretação neomarxista da história mundial segundo a qual gênero, e não classe ou raça, seria a categoria básica. Assim, acusam defensores da dita “ideologia de gênero” de promover a homossexualidade compulsória, cursos de educação sexual para induzir a experimentação entre as crianças e a destituição dos direitos dos pais de impedir que as crianças sejam educadas sexualmente. O artigo relata as ações da CBB em reação a essa ameaça, examinando a campanha para culto com vestes azuis para homens e rosa para mulheres, cânticos infantis, uma nota pública e a distribuição de cartilhas. Uma nota da convenção, intitulada “Fortalecer a família: um projeto de Deus”, denuncia a “doutrinação” que teria chegado nas escolas, “confrontando o direito dos pais de orientar e simbolizar os seus filhos de acordo

com o sexo do nascimento”, ideologia que contraria o fundamento nas narrativas bíblicas. Destaca-se a atuação da psicóloga cristã Marisa Lobo, que alega a imposição de ideias por uma “esquerda autoritária” com o objetivo de “anular todas as diferenças entre os seres humanos”. A CBB disseminou em 2018 a cartilha elaborada por Marisa Lobo, que, em linguagem acessível, traz o discurso de pânico moral contra uma suposta doutrinação das escolas para corromper as crianças. Nessa perspectiva de guerra cultural, a concepção de sexo é biológica e deve prevalecer a palavra de Deus no final.

Outro artigo, de Vinícius Manduca (2018), discute direitos reprodutivos: “A prematura discussão do direito à vida na PEC 181/15”. O artigo aborda a articulação no Congresso Nacional em torno dessa Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que versava originalmente sobre a prorrogação da licença-maternidade em caso de nascimento prematuro. Por uma manobra, foi acrescentado no texto da PEC estabelecer “o direito à vida desde a concepção”, a fim de criminalizar o aborto mesmo nos casos permitidos pela lei, inserção essa que valeu à PEC o apodo de “Cavalo de Tróia”. Tal manobra veio em resposta ao parecer do ministro Luiz Roberto Barroso, da 1ª turma do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual o aborto não seria crime até o terceiro mês de gestação, fato que rendeu acusações de ativismo judicial. O artigo mostra as articulações entre parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica e da Renovação Carismática Católica no tocante à liberdade religiosa e à moral sexual e reprodutiva. A posição pela criminalização do aborto une atores religiosos evangélicos, católicos e espíritas, uma força política que desmobiliza a luta pela descriminalização. A articulação desses religiosos aparece na defesa da vida (contra o aborto) e da defesa da família (família tradicional heterossexual), em resposta aos avanços nas políticas sociais na década de 1990, e mudanças legais como a obrigatoriedade de atender o aborto previsto em lei e decisões do STF em sentido semelhante ao parecer do ministro acima. A comissão da PEC era composta majoritariamente por religiosos (evangélicos e católicos) e integrantes de frentes parlamentares evangélica, católica e em defesa da vida, além de um número reduzido de mulheres. A comissão teve três audiências públicas, acerca de ativismo judicial, riscos do aborto e família, nenhuma delas sobre prematuridade, o tema inicial da PEC.

Com respeito à religião no espaço público, três trabalhos são etnografias: um em redes de terreiros, outro em comunidade terapêutica, e o último versa sobre um novo movimento religioso. Outros dois são pesquisas documentais: um sobre assembleias constituintes e outro sobre organizações de combate à intolerância religiosa.

O artigo “A polícia não vai entrar no meu terreiro’: notas sobre rumores em Goiás”, de Emília Guimarães Mota (2018), aborda violências sofridas por religiões de matriz africana. “O caso trata dos desdobramentos, repercussões e rumores decorrentes de uma nota publicada na rede social de um membro da gestão

da Federação de Umbanda e Candomblé de Goiás”, a FUCEG (Mota, 2018: 2). O texto é uma tentativa de explorar a abordagem dos rumores para os estudos sobre as religiões de matrizes africanas, dando margem para reflexões sobre uso das redes sociais, internet, circulação de informações e mobilização social através dessas ferramentas. O trabalho analisa como o rumor de que a FUCEG teria solicitado apoio à polícia para entrar nos terreiros provocou alvoroço e mobilização entre os adeptos dessas religiões. O artigo traz um breve histórico da FUCEG como entidade que atua no registro, mapeamento e contabilização dos terreiros, sendo acusada pelos adeptos de fiscalizar e regular a conduta de centros e terreiros. O mote do artigo está no debate encontrado em grupo de conversa de WhatsApp acerca da possibilidade de entrada da polícia nos terreiros. A justificativa seria um convênio para mapear os terreiros a fim de viabilizar o acesso a políticas públicas, mas a memória da repressão em anos anteriores incitou reações de repúdio à presença policial. Outra preocupação dizia respeito aos terreiros serem forçados a se adequar a formatos que não pertenciam às religiões de matriz africana. A autora conclui que os “afro-religiosos” parecem rejeitar o tipo de representatividade que a FUCEG propõe.

O segundo texto é uma etnografia propriamente dita: “Mulheres em tratamento em uma comunidade terapêutica religiosa: relatos e experiências sobre dependência química”, de Janine Targino da Silva e Wania Mesquita (2018). O artigo enfoca a trajetória dessas mulheres, desenvolvendo o estudo por meio de observação etnográfica da comunidade terapêutica e de entrevistas semiestruturadas com as mulheres adictas e com integrantes da equipe técnica da comunidade. A perspectiva de gênero foi adotada para nortear a observação. O objetivo do referido centro é “formar mulheres cristãs”. As entrevistadas envolvidas com o tráfico, na maior parte dos casos, ocupavam lugares subalternos naquela organização. Também se salienta o quanto os relacionamentos afetivos mantidos com os traficantes são portas de entrada para essas mulheres no narcotráfico. Situações de abuso são relatadas como desencadeadoras do início da dependência. Foram encontrados casos de correlação entre prostituição e dependência química. Um último aspecto enfocado é a conversão religiosa das internas e o incentivo do centro terapêutico para que participem dos cultos e das sessões de estudos bíblicos.

O artigo “As atuações das igrejas cristãs em duas constituintes democráticas brasileiras”, de autoria de Guilherme Arduini e Vinicius Wohnrath (2018), aborda questões relacionadas à família e à vida privada. O estudo compara as constituintes de 1934 e de 1988, que se desenvolveram em contextos democráticos no tocante à participação de religiosos: quase que apenas católicos em 1934 e católicos e evangélicos em 1988. O enfoque está nos debates que resultaram na organização constitucional sobre família, casamento, educação da prole e direitos reprodutivos. Destaca-se, dentre os católicos, a participação da Liga Eleitoral

Católica (LEC), na década de 1930, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir de sua fundação em 1952. Na Constituinte de 1987-1988, nota-se a influência da CNBB, com engajamento na defesa dos direitos humanos, e o ingresso de deputados apoiados por denominações neopentecostais, no que depois daria origem à Frente Parlamentar Evangélica. Com respeito às pautas escolhidas pelas igrejas cristãs, três temas inter-relacionados se mantiveram nas décadas de 1930 e 1980: a definição do que é família, direitos reprodutivos e as políticas públicas de formação de crianças e jovens. Permitir o divórcio (na década de 1930) ou o casamento homoafetivo (na década de 1980) afeta o poder de chefes religiosos sobre o conjunto da sociedade em termos da moral socialmente aceita. Identifica-se uma disputa da “transcrição das práticas socialmente prescritas pelas instituições cristãs para seus fiéis no ordenamento jurídico” (Arduini; Wohnrath, 2018: 22). No tocante às relações entre agentes políticos e agentes religiosos, na década de 1930, a hegemonia católica no espaço público e a fraqueza dos partidos explicam a aparente neutralidade partidária dessa instituição. Já na década de 1980, um grande número de igrejas disputa alianças, assim como partidos e políticos profissionais buscam apoio, por isso a promiscuidade entre o político e o religioso é mais aparente. Um último aspecto é a resposta de setores da sociedade brasileira contrários à união entre política e religião, barrendo a influência das igrejas cristãs nas leis que regem a sociedade brasileira.

Um artigo de André Ricardo de Souza (2018), com abordagem sociológica, analisa “O enfrentamento da intolerância religiosa por organizações nacionais ecumênicas”. O trabalho discute a radicalização intolerante no país, que vai das posturas ideológicas político-partidárias às relações étnico-raciais e de gênero, abrangendo também as identidades religiosas, foco do artigo. A intolerância religiosa se dá por meio de diversas formas de violência (física, verbal, simbólica), sendo exercida por grupos religiosos que se definem por oposição a outros. No Brasil, a maior parte das denúncias de intolerância envolve adeptos das religiões afro-brasileiras. O artigo trabalha com dados da então secretaria de direitos humanos, demonstrando a ausência de informações sobre o agressor. Quando há dados, 20% são evangélicos. O Rio de Janeiro é o estado com mais casos de intolerância religiosa. O combate neopentecostal ao diabo está associado aos ataques e perseguições aos adeptos das religiões de matriz africana. Organizações da sociedade civil combatem a intolerância, caso da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR). O artigo em seguida apresenta as respostas à intolerância a partir de organizações ecumênicas, como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), que se engajou no diálogo inter-religioso ao apoiar terreiros de candomblé que haviam sido incendiados em ataques. Outra organização analisada é a Rede Ecumênica da Juventude, formada por jovens católicos, protestantes e do candomblé. Essa rede participa das atividades da CCIR no Rio de Janeiro e tem se envolvido no combate à intolerância

religiosa com campanhas contra o extermínio da juventude negra e com o Dia de Combate à Intolerância. Assim, o artigo verifica como os próprios atores religiosos buscam responder à intolerância, agravada depois do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Em 2018, foi apresentado um raro trabalho de pesquisa de campo etnográfica realizada no exterior. O artigo “A Igreja de Gbanamè: reformismo católico romano e ataques à religião vodun, Benim”, do antropólogo Hippolyte Brice Sogbossi (2018), mostra uma pesquisa realizada no antigo Daomé (hoje Benin) terra de origem do vodum, religião que conviveu com o Islã. O artigo aborda o crescimento de igrejas protestantes e da Igreja Católica, enfocando especialmente um movimento reformista da Igreja Católica, liderado por um sacerdote exorcista e duas mulheres jovens, atacando a bruxaria e os “demônios” do vodum, origem dos infortúnios vividos pela população. Outro movimento religioso é o “cristianismo celeste”. Alguns desses movimentos são acusados de arruinar financeiramente a população que vive em situação de extrema desigualdade social. O autor caracteriza o ambiente social a partir do regionalismo, do nepotismo e da corrupção. O texto mostra uma pequena etnografia na cidade de Gbanamé, sede do grupo reformista católico fundado pelo padre Mathias ao ser expulso da Igreja Católica e da médium Parfaite, considerada “deus que se vê”, em contraste com o “Deus dos católicos que não se vê”. O autor descreve uma procissão feita para combater as religiões tradicionais e como a polícia consegue dispersar esses ativistas. A líder reformista católica acusa a Igreja Católica de bruxaria, de ser presidida por Satanás. As acusações envolvem também o atual presidente da República. O artigo analisa duas entrevistas concedidas pela líder religiosa e depois os ataques contra o vodum ocorridos na noite etnografada.

Entre conservadorismos, intolerâncias, direitos e políticas assistenciais

O Seminário Temático nº 37, “Religião, Política, Direitos Humanos: Reconhecimento e Intolerâncias em Perspectiva”, acabou por produzir deslocamentos mais visíveis nas temáticas e abordagens em relação aos anos anteriores, tratando de modo mais explícito do problema das intolerâncias e dos fundamentalismos ligados às lutas sociais contemporâneas e às respostas das instituições religiosas, bem como sinalizando perspectivas dissidentes e contradições, dificuldades e dilemas implicados nessas formas de atuar. Estão aqui abordadas as políticas de segurança e os sistemas carcerários, em especial as formas de atuação de assistencialismo religioso. Também são contemplados o clássico tópico da devoção popular – mas em uma relação inovadora –, a beatificação e os milagres de uma santa protetora das mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, colocando em foco as relações entre direito das mulheres, feminismos e catolicismos tradicionais locais. O problema dos refugiados e a assistência social de

determinadas associações religiosas liga religião e relações étnico-raciais. Assim como nos demais anos, os trabalhos publicados elegem como tema preferencial os conservadorismos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Também no último ano considerado em nossa revisão, é possível dividir os trabalhos em eixos temáticos: o primeiro referente à religião no espaço público, e o segundo ao confronto das religiões com relações de gênero e sexualidade.

Entre os trabalhos que enfocam a religião no espaço público, está o de Caio do Amaral Mader (2019), “Escrevendo em papéis, justapondo margens institucionais: as interfaces entre Estado e Igreja a partir de uma etnografia de documentos”. Fruto de pesquisa de mestrado, o texto problematiza a relação entre políticas de segurança pública e o trabalho de assistência promovido por uma pastoral católica. Mader reflete sobre as contradições, as tensões e enfrentamentos que perpassam uma dada política de assistência humanitário-religiosa e problematiza como, por meio da escuta pastoral, de testemunhos compartilhados, evidencia-se os modos como se cruzam nessas histórias clivagens de classe, raça e gênero. Essa problematização ocorre pela colocação em discurso da relação pesquisador-pesquisado e as múltiplas formas de violência implicadas em políticas de escuta, quando o assunto compreende encarceramento, violências e direitos humanos.

Um segundo trabalho nesse eixo é o de Marina Helena Rodrigues Maia (2019), “A (i)legitimidade da Frente Parlamentar Evangélica em um Estado laico: a sua atuação na 54ª legislatura”, estudo sobre as formas de atuação das ditas “bancadas religiosas” em um dado recorte temporal e espacial. Com foco na atuação de parlamentares na Câmara dos Deputados na referida legislatura, a autora avança na compreensão dos modos como os seus múltiplos atores desafiam os princípios da laicidade, operando por meio da imposição de visões de mundo e da negação de direitos de certas minorias sociais e étnicas. Maia examina certos modos de agir baseados na recusa de princípios basilares da democracia, como equidade, igualdade e diversidade, suplantados pela atuação bélica que visa não o bem comum, mas legislar para os interesses das instituições religiosas, inclusive com justificativas de seus projetos hegemônicos religiosos amparados em citações bíblicas. Na defesa de seus interesses, destaca-se a atuação desses parlamentares na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), que aprecia a concessão de serviços de rádio e televisão, o que permite controlar as redes de comunicação em massa, ampliando alcançar e angariar membros para suas igrejas. Nessa batalha, as proposições apresentadas não visam assegurar ou ampliar direitos de minorias sociais, mas atacar e obstruir pautas feministas e LGBT, configurando o que a autora chama de “desvios de princípios da laicidade” e imposições de visões de mundo totalitárias.

No eixo temático de religião, gênero e sexualidade, temos “Sorria, Jesus te aceita”: diálogos entre modelo de santidade, batalha espiritual e dissidências

sexuais e de gênero em uma igreja inclusiva”, de Lucas Vinicius Oliveira dos Santos (2019), a partir de um trabalho de conclusão de curso, premiado como melhor painel de antropologia na Anpocs 2019. O texto retoma o tema das configurações entre sexo, gênero e religião, abordando o conhecido fenômeno das igrejas inclusivas. Dialogando com a produtiva literatura acadêmica sobre o tema, Santos alimenta a reflexão sobre ênfases discursivas internas ao campo, disputas e correntes antagônicas, que configuram os conhecidos pentecostalismos inclusivos, marcados menos por visões de mundo demonizantes da alteridade do que por éticas do cuidado de si e busca por corpos santificados.

Um segundo estudo com referência à temática de gênero e religião é o trabalho “Isabel Maria, a santa protetora das mulheres espancadas: narrativas de mulheres devotas e seus modos de vivenciar a violência doméstica no contexto do catolicismo popular”, de Daniele Ribeiro Alves e Antônio Cristian Saraiva Paiva (2019), que interseccionam religião, direitos e feminismos ao discutir as configurações de uma forma de devoção popular em um município do interior do Ceará. Alves e Paiva apresentam resultados de uma pesquisa que reflete como a questão da violência doméstica é assimilada em determinadas formas de devoção e de compreensão de santidade feminina na contemporaneidade, em especial no catolicismo popular. A partir de fontes documentais, os autores contam como a morte de Isabel Maria, em 1926, na cidade de Guaraciaba do Norte, na região de Ibiapaba, no interior do Ceará, assassinada a facadas na frente do filho e jogada no abismo pelo marido, enseja apropriações locais de formas de devoção, nesse caso, uma santa do povo que, uma vez canonizada, opera milagres nas trajetórias de mulheres vítimas de violência doméstica. O texto explora narrativas de mulheres devotas e seus modos de vivenciar a violência doméstica, no contexto do catolicismo popular, evidenciando os enlaces entre memórias, emoções e formas de agência em um dado contexto interiorano, implicados no recurso a formas de proteção jurídica ou em políticas de silenciamento. Os leitores do texto são levados a se perguntar: mas o que as devotas sabem sobre a Lei Maria da Penha? É em meio a essa dúvida e provocação que se discutem as formas como as interlocutoras interpretam a violência cotidiana, significam as relações entre os gêneros e decidem (ou não) buscar proteção e autonomia ingressando em sistemas de proteção jurídicos. O trabalho é sem dúvida uma grande contribuição à compreensão sociológica e antropológica dos nexos entre feminismos, devoção e religiões populares em contextos locais.

Apresentemos, por último, os artigos do Seminário Temático nº 43, que integram o dossiê “Religião e Direitos Humanos” aqui na *Contemporânea* e que estão publicados em versão preliminar nos anais da Anpocs de 2019.

No texto “As organizações cristãs de abrangência nacional em face da questão dos refugiados”, André Ricardo de Souza e Svetlana Ruseishvili (2020) relatam os nexos entre política e religião tomando como foco as ações de assistência social

de organizações religiosas a grupos de refugiados no Brasil. O foco incide na atuação desses grupos nas brechas e lacunas do Estado em proteção de minorias étnicas. Articulações entre associações, conselhos, coletivos ativistas, comunidades paroquianas locais, programas, núcleos e projetos de universidades públicas e privadas, entidades que atuam no campo dos direitos humanos e da proteção social da diversidade étnico-racial em nível local, nacional e internacional, materializam-se no auxílio a grupos de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social que chegam ao Brasil em fluxos migratórios decorrentes de guerras e outros graves conflitos étnicos. No conjunto de atividades prestadas estão ajuda e encaminhamentos para aquisição de direitos no campo da moradia, do trabalho, da educação pública e do acesso aos sistemas de segurança e saúde. Essa mobilização de caráter inter-religioso e ecumênico, com histórico de atuação na América Latina, agrega católicos, pentecostais e igrejas protestantes históricas em experiências de acolhimento e apoio aos refugiados e outros povos migrantes no Brasil. As configurações entre religião e política são tomadas na investigação de ações religiosas no campo da assistência social junto às populações refugiadas, ligando religião, raça e etnicidade.

Camila Silva Nicácio (2020) apresenta o texto “A formalização da intolerância religiosa em registros policiais: retrato de um problema em (des)construção”. Ela se debruça sobre farta fonte documental, em especial boletins de ocorrência, inquéritos policiais e outros registros, de modo a discutir as dimensões públicas da dita “intolerância religiosa” e como se cruzam aspectos técnicos e sociológicos em dinâmicas de visibilização e invisibilização. Partindo da evidência etnográfica do aumento desses dados, a autora discute a formalização das demandas que interseccionam religião, igualdade racial, democracia, construções da diferença e expressões do pluralismo religioso brasileiro. Nicácio acompanha debates atuais acerca do secularismo brasileiro e do modo como se interseccionam linguagens do direito, da religião e do mundo laico na tessitura da vida social contemporânea. Os conflitos ligados à diversidade religiosa são tratados por meio da análise do trânsito de categorias entre os campos jurídico e religioso, articulando debates do combate ao racismo aos da liberdade religiosa. Violência e intolerância são pensadas em suas dimensões históricas, na consolidação da democracia brasileira, tendo a Constituição de 1988 e a criminalização do racismo no país como um importante marco cultural. A emergência de atores e movimentos afro-religiosos e seus discursos de vitimização incrementam a pluralização de denúncias e encaminhamentos no entrecruzamento entre racismo e intolerância religiosa. Contudo, a precariedade de protocolos e da sistematização das informações dificulta compreender a magnitude do racismo religioso brasileiro. Nicácio identifica ainda como episódios e eventos recentes colocam em cena novos atores e agências religiosas em disputas para transformar a intolerância religiosa em uma questão de políticas de segurança

pública. Também nesse artigo o racismo religioso aparece como termo político e acadêmico privilegiado, interseccionando as batalhas da igualdade racial e do respeito às afro-religiosidades.

Daniela Leandro Rezende, Luciana Beatriz Ávila e Camila Olívia Teixeira (2020) são autoras do texto “Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017”. O trabalho se dedica a mapear o avanço conservador no debate legislativo, em ações que pretendem impedir trabalhos educativos que preconizam a igualdade de gênero e a luta contra a homofobia nas escolas. A pauta conservadora se estrutura em torno de argumentos que imbricam sexo, natureza, preservação da família e nacionalismos, evidenciando a imposição de moralidades religiosas nas ações do Estado em diferentes contextos, em uma agenda global conservadora, em contextos nacionais e internacionais. Por meio de uma análise linguística, as autoras aprofundam os contornos de um debate local que se intensifica no pós-golpe que afastou Dilma Rousseff da presidência do país. Valendo-se da noção de “cidadania religiosa”, cunhada por Vaggione, elas discutem a ampliação das esferas de influência das agências religiosas. Uma das importantes conclusões do trabalho concerne ao modo como tais organizações religiosas operam pela propagação de pânicos morais, especialmente a partir do golpe, por meio de agenciamentos da noção de gênero como risco à sociedade.

Célia Arribas (2020), no artigo “Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores”, reflete sobre religião e política ao explorar fatos recentes do país, tendo como marcador histórico e cultural o golpe que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República. Por meio de abordagem inovadora, Arribas desloca a análise dos conservadorismos dos evangélicos para situá-la nos termos do pluralismo religioso brasileiro, ao abordar o conservadorismo espírita. O foco incide nas percepções e representações espíritas sobre política, gênero e sexualidade e o adensamento dos debates pós-golpe no terreno da diversidade sexual e de gênero, em face das pautas de direitos civis de mulheres e de populações LGBT. A intensificação de discursos conservadores é debatida no exame da atuação de lideranças como Divaldo Pereira Franco, cujas falas e narrativas despontam na denúncia da suposta ideologia de gênero, na postura antiaborto e contra a igualdade sexual, em expressões de reacionarismos espíritas. Na contradição, emergem no pós-golpe correntes espíritas progressistas, empenhadas em reflexões em defesa da democracia, do Estado laico e dos direitos humanos, articulando religiosidades espíritas e a busca da justiça social, na crítica às desigualdades sociais, incluindo raciais, de gênero, sexuais e as religiosas. Nessa linha discursiva, são articuladas concepções religiosas e cosmológicas na proposição de discursos sobre a pessoa amparados em ideais de igualdade e justiça social. Por outro lado, o texto demonstra o imbricamento entre concepções cosmológicas e formas de regulação dos corpos, do gênero e da sexualidade,

tanto nos discursos progressistas, que incluem e ampliam os modelos de relações familiares ao incluir as relações homoafetivas, como nos discursos reacionários que reforçam as concepções tradicionalistas de família. Doutrinas e formas de regulação dos corpos e do gênero se materializam em percepções evolucionistas que atravessam as duas correntes e enquadram tanto as relações heterossexuais como as homoafetivas, em modelos de conduta que preconizam a monogamia, o casamento e a formação das famílias, desqualificando condutas e identidades dissidentes. Compreensões dos corpos que articulam energias sexuais e reprodução excluem formas de exercício da vida sexual centradas no hedonismo e no prazer, em discussões sobre carma, excessos e sagrado.

O artigo “Me Too e a quebra do silêncio”, de Carolina Mesquita (2020), apresenta inquietante reflexão sobre violência sexual, direitos e saúde nas controvérsias públicas sobre a atuação do médium João de Deus, na Casa Dom Inácio de Loyola. As acusações de abuso feitas por mulheres usuárias desses serviços espirituais colocam em discussão a extrema vulnerabilidade que envolve a manipulação dos corpos femininos pelo biopoder e pelo poder religioso. Os enlaces entre religião, medicina e violência são destacados em um texto que expõe as questões da autonomia feminina e das pautas feministas em meio às repercussões sociais desses fatos. As relações de gênero e sexualidade são colocadas no centro de uma análise pouco explorada, que intersecciona poder, saúde, religião e espiritismo. A subjetividade da autora é posta em pauta, em uma análise sobre subjetividade, ética em pesquisa, feminismos e poder.

Considerações finais

Ao longo desses quatro anos, o grupo de trabalho abordou os temas religião e política, religião e direitos. Que achados estão associados a essas temáticas? Os trabalhos marcam forte conexão com questões que têm assolado o Brasil. Estudos referentes a outras partes do mundo foram escassos. De modo geral, o debate teórico apareceu pouco (nem os clássicos, nem a secularização, nem aportes teóricos) e foi menos determinante: os estudos são sumamente provocados por um campo complexo que incita a reflexão. Assim, o Congresso Nacional e o STF foram apresentados várias vezes como palcos onde se desenvolvem disputas acerca de aborto, casamento igualitário e “cura gay” e onde se engajam atores como a Frente Parlamentar Evangélica, parlamentares ligados à Renovação Carismática Católica e partidos políticos de diversos matizes. Outros braços do Estado foram objeto de pesquisas, como a escola, cenário de estudo do ensino religioso, da educação sexual, da intolerância. A intolerância religiosa, aliás, foi outra questão frequentemente explorada, quase sempre em relação com as religiões de matriz africana e buscando regulação do Estado. Agentes religiosos têm papel importante em

associações de assistência e diversos ativismos, estando essas entidades da sociedade civil em relação com o Estado ou com outros setores da sociedade.

Os grupos religiosos aparecem em disputas sobre questões colocadas a partir da sociedade mais ampla: dos debates sobre ideologia de gênero à reinvenção de comunidades pentecostais no fenômeno das igrejas inclusivas. Houve espaço também para o tradicional: a religiosidade popular como forma de resistência e modalidade de luta e as CEBs, outra faceta representada.

A análise dos textos lançou luz sobre contextos que evidenciam os significados contemporâneos construídos pela relação entre religião e direitos humanos, numa perspectiva plural de tensão, controvérsias, aproximações, apropriações, conservadorismos, intolerâncias, ativismos progressistas, devoções populares. Por outro lado, invoca-se a clássica relação entre pertencimentos identitários, ética e pesquisa. As intersecções entre religião e marcadores sociais da diferença se evidenciam na clivagem instituições religiosas, gênero e sexualidade e, em especial, na abordagem dos ativismos das bancadas religiosas na obstrução de direitos e participação cada vez mais intensificada nas instâncias decisórias do país. O debate epistemológico sobre os significados, formas, conteúdos e fronteiras entre laico e religioso está contemplado nos artigos em discussões contemporâneas pontuais sobre secularismos e religiões.

Um dado importante diz respeito à ampliação do perfil dos selecionados nos últimos anos. A produção evidencia a incorporação de análises e artigos de pesquisadores institucionalizados em importantes centros de pesquisa e núcleos de produção do conhecimento científico, em diferentes regiões do país, revelando diversidade e amplitude de objetos, contextos, abordagens e correntes de pensamento. Também cresceu, nos grupos de trabalho e seminários temáticos, a incorporação de resultados parciais de trabalhos em andamento, evidenciando o papel desse espaço na formação de discentes de pós-graduação no país, além de alimentar o diálogo de linhas de pesquisa.

Referências

- ALENCAR, Gustavo. Grupos protestantes e engajamento cultural: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-27.
- ALVES, Daniele Ribeiro; PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. Isabel Maria, a santa protetora das mulheres espancadas: narrativas de mulheres devotas e seus modos de vivenciar a violência doméstica no contexto do catolicismo popular. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., 2019, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2019. p. 1-25.

- ARAÚJO, Bruna. “Ideologia de gênero” e a juventude assembleiana: perspectivas sociológicas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-19.
- ARDUINI, Guilherme; WOHNATH, Vinicius. As atuações das igrejas cristãs em duas constituintes democráticas brasileiras. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 42., 2018, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-28.
- ARRIBAS, Célia. Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores. *Contemporânea*, São Carlos, 2020. No prelo.
- BARBOSA, Allan Wine Santos. “Abstende-vos de semelhante ação”: direito, carma e livre-arbítrio nas considerações espíritas sobre o aborto. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-19
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARVALHO, Elisângela de Araujo Guimarães. Religião e sexualidade: um entrave para a educação sexual nas escolas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-31.
- EMMERICK, Rulian. O direito à vida e o aborto no Congresso Nacional: os argumentos religiosos e os riscos de retrocesso dos direitos reprodutivos das mulheres. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-29.
- FELIX, Alexandre Landim; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Os legisladores da moral: da união civil ao casamento igualitário no Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-31.
- FERREIRA, José Roberto de Melo. Etnografia do sagrado: um estudo sobre as CEBs e a teologia da libertação, no assentamento agrário Boi Branco em Iati/PE. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-29.
- GAMA, Lígia Barros. Entre fé, empoderamento, estigma e garantias: uma reflexão acerca das relações estabelecidas entre terreiros do Recife, poder público e sociedade abrangente. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-17.
- GONÇALVES, Alexandre Oviedo. “Cura Gay”: articulações entre ciência e política na produção de saberes religiosos. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-27.

- GUSMÃO, Eduardo Henrique Araújo de; CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; MAURÍCIO JÚNIOR, Cleonardo Gil de Barros. Sobre a relação entre religião e democracia em três perspectivas: uma revisão das considerações de Charles Taylor, Jürgen Habermas e Talal Asad. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-18.
- MADER, Caio do Amaral. Escrevendo em papéis, justapondo margens institucionais: as interfaces entre Estado e Igreja a partir de uma etnografia de documentos. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., 2019, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2019. p. 1-33.
- MAIA, Marina Helena Rodrigues. A (i)legitimidade da Frente Parlamentar Evangélica em um Estado laico: a sua atuação na 54ª legislatura. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., 2019, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2019. p. 1-30.
- MANDUCA, Vinicius. A prematura discussão do direito à vida na PEC 181/15. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 42., 2018, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-22.
- MARÇAL, Caio César Sousa. Meninos de azul, menina de rosa: a militância batista contra a “ideologia de gênero”. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 42., 2018, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-22.
- MESQUITA, Carolina. *Me too e a quebra do silêncio. Contemporânea*, São Carlos, 2020. No prelo.
- MORAIS, Mariana Ramos de. A estratégia discursiva do movimento afro-religioso no âmbito da política racial no Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-26.
- MOTA, Emília Guimarães. “A polícia não vai entrar no meu terreno”: notas sobre rumores em Goiás. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 42., 2018, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-19.
- MOTA, Emília Guimarães. Apontamentos sobre racismo religioso contra religiões de matrizes africanas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-25.
- NATIVIDADE, Marcelo. Carreiras homossexuais no contexto do pentecostalismo. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 132-152, n. 1, 2003.
- NATIVIDADE, Marcelo. *Deus me aceita como eu sou: disputas sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil*. 2008. Doutorado (Tese) – Instituto de

- Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. “Nós acolhemos os homossexuais”: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. *Revista TOMO*, São Cristóvão (SE), n. 14, p. 203-227, 2009.
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- NICÁCIO, Camila Silva. A formalização da intolerância religiosa em registros policiais: retrato de um problema em (des)construção. *Contemporânea*, São Carlos, 2020. No prelo.
- NICOLETTI, André Selayaran; TABORDA, Luana do Rocio. O quadro associativo religioso na cidade de Florianópolis – SC: análise do comportamento das denominações religiosas ao longo de uma década. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-29.
- PAULINO, Antonio George Lopes. Entre a normatividade e a tradição: narrativas e imagens de resistência e reinvenção na procissão de “São José de Baixo”. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-30.
- REZENDE, Daniela Leandro; ÁVILA, Luciana Beatriz; TEIXEIRA, Camila Olívia. Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. *Contemporânea*, São Carlos, 2020. No prelo.
- RIBEIRO, Vanessa da Silva Palagar. Redes de amparo e os evangélicos pentecostais em favela: uma abordagem a partir da Assembleia de Deus no norte fluminense. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 41., 2017, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p.1-27.
- ROSAS, Nina. O direito ao corpo: liberdades e controles a partir dos ensinamentos da pastora Ana Paula Valadão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-21.
- SANTOS, Lucas Vinicius Oliveira dos. Sorria, Jesus te aceita: diálogos entre modelos de santidade, batalha espiritual e dissidências sexuais e de gênero em uma Igreja Inclusiva. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., 2019, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2019. p. 1-20.
- SANTOS, Maria Goreth; SOARES, Cristiane. Possíveis influências das religiões nas relações de gênero no âmbito das famílias. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO*

- NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-20.
- SANTOS, Rayani Mariano dos; SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. O direito à vida como ponto de partida para a análise do debate parlamentar sobre aborto no Brasil e Uruguai. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-30.
- SILVA, Janine Targino da; MESQUITA, Wania Amélia Belchior. Mulheres em tratamento em uma comunidade terapêutica religiosa: relatos e experiências sobre dependência química. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 42., 2018, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-22.
- SILVA, Luciana Ferreira da. Pentecostalismo e sociabilidade no espaço escolar público: enfrentamentos e arranjos possíveis. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 41., 2017, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-28.
- SILVEIRA, Bianca Alves. O conceito de família e os desafios para o reconhecimento dos direitos LGBT no contexto do conflito entre o PL 6583/13 e a ADI 4277. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 41., 2017, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2017. p. 1-27.
- SOGBOSSI, Hippolyte Brice. A Igreja de Gbanamè: reformismo católico romano e ataques à religião vodun, Benim. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 42., 2018, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-19.
- SOUZA, André Ricardo de. Controvérsias jurídico-políticas em organizações cristãs no Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-28.
- SOUZA, André Ricardo de. O enfrentamento da intolerância religiosa por organizações nacionais ecumênicas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 42., 2018, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2018. p. 1-20.
- SOUZA, André Ricardo; RUSEISHVILL, Svetlana. As organizações cristãs de abrangência nacional em face da questão dos refugiados. *Contemporânea*, São Carlos, 2020. No prelo.
- SOUZA, Robson da Costa. Religião, gênero e habilidades sociais: uma contribuição teórica à análise sobre a condição feminina no protestantismo brasileiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-30.

TOPEL, Marta F. Abominações do Levítico II: judeus, ortodoxos e gays, os dilemas de uma identidade fragmentada. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, 2016. p. 1-19.

Recebido em: 09/06/2020

Aceito em: 11/06/2020

Como citar este artigo:

LUNA, Naara e NATIVIDADE, Marcelo. Religião, direitos humanos e política: balanço das temáticas e pesquisas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 2, maio – agosto, 2020, pp. 503-535.